

II. SEMINÁRIO

O Impacto das Avaliações Internacionais
nos Sistemas Educativos

Abertura

Gostaria de saudar todos os presentes e, em particular, a Senhora Professora Carmen Maestro, presidente do Consejo Escolar del Estado de Espanha, o Professor Andreas Schleicher, o Professor Gaby Hostens, os senhores conselheiros do Conselho Nacional de Educação (CNE) aqui presentes, os professores interessados por estas temáticas, os participantes e os convidados.

Queria começar por agradecer o convite para abrir os trabalhos deste seminário, que visa suscitar a reflexão sobre o impacto das avaliações internacionais – designadamente de estudos como o PISA –, e apresentar um estudo sobre as características educativas sectoriais de alguns países participantes no PISA.

É com muito gosto que estou presente e quero realçar, antes de mais, a importância do trabalho que o CNE tem vindo a desenvolver ao longo dos anos, nomeadamente através da elaboração de pareceres, recomendações e estudos, por iniciativa própria ou por solicitação, sobre temáticas educativas relevantes.

O trabalho do CNE tem-se evidenciado, também, na organização de encontros, seminários e conferências que, certamente, contribuem para enriquecer o debate e a reflexão sobre a educação em Portugal, bem como para a formulação de novas políticas educativas.

¹ Ministra da Educação.

Nunca é demais realçar a importância do CNE e a natureza própria desta entidade, que reúne a sociedade civil, as organizações, os professores e os especialistas, constituindo-se um espaço de encontro com destaque na área da educação.

A propósito, quero lembrar a organização do Debate Nacional sobre Educação, recentemente promovido pelo CNE, por ocasião dos vinte anos da aprovação da Lei de Bases do Sistema Educativo, que se realizou ao longo de vários meses, em diferentes locais do nosso país, contando com uma participação muito alargada da comunidade escolar e da sociedade civil.

Este debate permitiu não só reunir elementos relevantes de diagnóstico e de avaliação sobre medidas lançadas nas últimas décadas, mas também reflectir e debater propostas tendo em vista a melhoria do sistema educativo.

Pretendo, também, sublinhar a importância do tema em debate neste seminário. Os estudos de âmbito internacional, como o PISA, têm desempenhado um papel fundamental na aferição da qualidade dos sistemas educativos, permitindo encarar com maior clareza os desafios que cada um dos países envolvidos tem de enfrentar.

Neste contexto, em que é fundamental identificar os problemas para encontrar as soluções, os estudos de comparação internacional permitem situar-nos perante as questões, proporcionando elementos de comparação entre os desempenhos de alunos de diversos países, em diferentes momentos.

O facto de a comunicação social dar uma especial atenção a estas temáticas nos momentos em que os resultados são divulgados tem um impacto significativo sobre a opinião pública, contribuindo para que esta reflecta, de uma forma mais aprofundada, sobre as questões da educação. Este facto é positivo, na medida em que é indispensável que o debate sobre os problemas que os países enfrentam não seja apenas da responsabilidade dos profissionais envolvidos, mas sim transversal a toda a sociedade.

Como muitos aqui presentes saberão, não há, praticamente, nenhuma reunião internacional em que os problemas decorrentes do PISA não sejam mencionados e debatidos, pelo que pode dizer-se que este estudo se tornou uma referência indispensável em toda a reflexão sobre educação.

A par da identificação das lacunas e das insuficiências dos resultados escolares, o PISA também suscita análises acerca das políticas seguidas pelos países com melhores prestações. É sabido que a Finlândia tem sido objecto de uma observação particularmente atenta, devido aos seus resultados favoráveis.

Em Portugal, o PISA teve efeitos bastante consideráveis, que se traduziram no lançamento de medidas como o Plano de Acção para a Matemática, os programas de formação contínua de Matemática, o Plano Nacional do Ensino do Português, o Ensino Experimental das Ciências e, também, o Plano Nacional de Leitura.

Quero saudar a coordenadora do Estudo que é apresentado hoje neste seminário, a Professora Glória Ramalho, bem como os vários autores que se encarregaram das diferentes partes do relatório.

Para este trabalho, os autores recolheram elementos sobre os sistemas educativos de sete países seleccionados entre os que participaram no PISA e procuraram identificar respostas sectoriais encontradas por esses mesmos países para questões muito diversificadas, como por exemplo a estrutura do sistema educativo, a forma como cada sistema encara a progressão escolar, a avaliação das aprendizagens, a retenção, a gestão da diversidade, as necessidades educativas especiais, a conduta e a disciplina nas escolas. Apontaram, também, soluções para estimular a aprendizagem e o interesse pela Matemática, pela Ciência, pela leitura, bem como as questões relativas aos recursos educativos.

Trata-se, portanto, de uma análise que abrange muitos sectores e muitas problemáticas que se colocam ao sistema educativo e condicionam o efeito das medidas relativas à aprendizagem dos alunos.

Os elementos aqui recolhidos são interessantes, levando-nos a colocar hipóteses sobre os potenciais efeitos das soluções encontradas nos diferentes países, com impacto nos resultados da aprendizagem. Possibilitam, igualmente, a reflexão sobre as respostas existentes no nosso país, deixando ao leitor a tarefa de estabelecer comparações e ponderar a adequação de soluções inovadoras à actual realidade portuguesa que, embora estando implícita, não é directamente analisada no estudo.

Realizar um estudo sobre o impacto de medidas ou soluções nacionais nos resultados de aprendizagem ou nos resultados de provas destinadas a efectuar comparações internacionais é sempre uma tarefa muito difícil. Não é fácil identificar os factores que produzem resultados positivos na melhoria das aprendizagens, porque a realidade educativa é extremamente complexa e resiste ao estabelecimento de nexos lineares de causalidade.

No entanto, é essencial reflectirmos e realizarmos estudos para obtermos elementos que permitam verificar qual a influência das medidas de política educativa nas aprendizagens dos alunos. Gostava de salientar o facto de um estudo como o que aqui se apresenta poder, de facto, contribuir para um avanço nesta matéria. Em primeiro lugar, porque estimula o interesse pela temática e, em segundo lugar, porque clarifica questões importantes e alarga a informação disponível. Permite também aprofundar a reflexão dos leitores do estudo e dos participantes no seminário, podendo servir de base para fundamentar opções e decisões.

Pode considerar-se que os resultados do PISA e de outras avaliações internacionais que se têm desenvolvido, como os estudos do PIRLS e do TIMSS em que o nosso país se irá envolver futuramente, podem constituir um contributo relevante para alertar para as questões da equidade. Ao fomentarem a reflexão sobre os problemas, têm suscitado intervenção política, visando a aprendizagem de todos os alunos e, em particular, dos mais desfavorecidos.

Em Portugal, a concretização deste objectivo tem desencadeado intervenção política a vários níveis e irá continuar a fazê-lo. Aponto, por um

lado, uma refocalização do interesse pelo trabalho na sala de aula, centrando-o no domínio das competências básicas, como a leitura, a escrita, a Matemática ou as Ciências, mas também na aquisição de outras competências fundamentais na sociedade actual, designadamente na utilização das tecnologias de informação e comunicação.

Por outro lado, destaco a atenção dada ao próprio currículo, que deve constituir uma das preocupações prioritárias do Ministério da Educação.

Como já foi anunciado, temos em curso a definição de uma estratégia articulada em três dimensões.

Em primeiro lugar, na definição e disponibilização de metas de aprendizagem a atingir pelos alunos em cada ciclo de ensino, em cada ano de escolaridade, em várias áreas curriculares, que possam constituir instrumentos de apoio à gestão curricular, por parte dos professores e das escolas, ao mesmo tempo que facilitam o acompanhamento das aprendizagens por parte dos pais.

Em segundo lugar, na introdução de ajustamentos no plano de estudos do ensino básico, designadamente quanto ao número de disciplinas, à articulação entre áreas curriculares e às cargas horárias.

E, em terceiro lugar, na realização faseada de ajustamentos nos programas curriculares.

Claro que esta estratégia em três dimensões terá de ser objecto de um desenvolvimento monitorizado e também de uma avaliação externa, como tem sido prática quanto às medidas lançadas recentemente no nosso país.

A monitorização constitui um factor muito importante para que os recursos investidos no lançamento de medidas em educação possam ser usados de uma forma racional, ou seja, verificando se existe uma correlação entre a disponibilização de mais recursos e a orientação que é seguida nos vários domínios educativos.

Gostava, também, de chamar a atenção para a necessidade de continuar a assegurar o desenvolvimento de modalidades de gestão curricular visando uma discriminação positiva. É indispensável proporcionar às escolas recursos adicionais, em função de objectivos e estratégias diferenciadas, para melhorar os resultados escolares.

Posso citar projectos que estão em curso, como o projecto Mais Sucesso ou o programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP), que visam a criação de ambientes educativos de serenidade, onde se desenvolvam relações positivas entre a conduta e a aprendizagem.

Relativamente a esta questão, achei muito interessante o trabalho de Ana Carita e Inês Peceguina, no estudo aqui apresentado, sobre as medidas adoptadas em vários países para conseguir uma relação mais positiva entre a conduta e a aprendizagem.

A promoção da qualidade da educação para todos exige também o reforço das medidas de apoio social às famílias, o que continuará a ser um aspecto determinante na política educativa.

Finalmente, destaco a importância da qualidade e da modernização dos espaços de educação. É indispensável dar continuidade ao trabalho que tem vindo a ser realizado no âmbito da reabilitação dos espaços de educação das escolas, para que estas se recoloquem no presente e disponham de recursos que as orientem para o futuro. Ao entrar numa escola, temos de ter a sensação de estar num equipamento virado para o futuro. Como sabem, os espaços físicos e os recursos tecnológicos são fundamentais para permitir que a escola forme os alunos para o futuro.

Faço votos para que este seminário seja muito produtivo e agradeço, mais uma vez, ao CNE e à sua presidente, Ana Maria Bettencourt, por mais esta iniciativa.

Muito obrigada.